

33º Encontro Anual da ANPOCS, de 26 a 30 de outubro de 2009, Caxambu, MG

Grupo de Trabalho 18: Elites e Instituições Políticas
Liderança associativa e lógicas de investimento em carreiras políticas

Ernesto Seidl
Laboratório de Estudos do Poder e da Política - LEPP
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Introdução

O ponto de partida desta comunicação são discussões em torno dos vínculos entre participação associativa/sindical e elaboração de carreiras políticas. Segundo indicações de pesquisas recentes (CORADINI, 1998, 2001, 2006, 2007a, 2007b), tem havido no Brasil, sobretudo no nível federal, crescimento expressivo de políticos cujos trajetos ligam-se a algum tipo de associação ou sindicato. Uma das principais tendências identificadas sugere uma diversificação de recursos e lógicas sociais nos processos eleitorais, fenômeno relacionado à intensificação da competição política conhecida após o fim do regime autoritário. O fato de se tratar de indivíduos que exerceram algum tipo de liderança em determinadas associações ou sindicatos remete a outro elemento recorrente nas disputas eleitorais contemporâneas, a saber, justamente a invocação do exercício prévio de um papel dirigente ou de liderança como justificativa para candidaturas políticas (CORADINI, 1998 e 2001).

Dito de outra forma, tem-se a apresentação do envolvimento em entidades de representação - como sindicatos/associações de funcionários públicos, trabalhadores urbanos e rurais, organizações estudantis, religiosas, de direitos humanos etc. - como recurso de legitimação na esfera política. Como sabido, tanto as formas de engajamento associativo (tipo e tamanho da associação, intensidade e grau de investimento individual) e os recursos dele oriundos (experiências, *savoir-faire* específico, prestígio, esferas de inserção) quanto o modo como estes recursos são interpretados e apresentados pelos agentes são muito heterogêneos e dependem diretamente de suas características socioprofissionais (origens sociais, etnia, religião, categoria profissional e relação com a profissão) e trajetórias sociais. Um dos questionamentos que emergem dessa problemática remete, portanto, à diversidade de condições de acúmulo de recursos passíveis de ser mobilizados como trunfos no espaço político – em seu polo partidário-eleitoral e nos demais espaços. Adicionalmente, entram também em questão as diferentes formas de os agentes conceber a política, as quais orientam as classificações e interpretações de suas

atividades e inserções em diversas esferas sociais (família, bairro, religião, esporte, cultura, profissão, militância), isto é, a questão da *politização*¹.

Dentro desta problemática mais geral ligada ao recrutamento de elites políticas, o *paper* aborda as condições de entrada, investimento e realização de carreiras políticas – não somente partidárias - a partir de diferentes modalidades de militâncias prévias, sobretudo em instituições associativas como sindicatos, instituições de filantropia, de defesa de direitos humanos e liberdade de opção sexual, movimento negro, conselho de leigos católicos, Movimento de Trabalhadores Sem-Terra (MST), conselhos de bairros e ONGs ambientalistas². Por essa via, parte-se de um ângulo que toma por objeto condicionantes gerais e específicos – estruturas de oportunidade, conjunturas históricas, condições de socialização, eventos biográficos etc. - em jogo nos processos de investimento individual em atividades políticas, sob diversos rótulos, através de militâncias associativas. Como veremos, essas militâncias raramente estão desvinculadas de uma participação ativa em partidos políticos. Mais do que isso, em parte dos percursos examinados, resultaram no envolvimento em disputas por cargos eletivos em eleições municipais e estaduais.

Os resultados apresentados tiveram por base investigação conduzida no estado de Sergipe, nordeste do Brasil. O principal material empírico mobilizado consiste da análise dos itinerários sociais e militantes de dirigentes e ex-dirigentes destas instituições³. Obviamente, a limitação do estudo a itinerários atrelados a instituições voltadas, em sua maioria, à defesa de grupos ou “causas” socialmente dominados exclui, por ora, uma variedade de outras modalidades de participação política através do associativismo/sindicalismo, como as instituições de representação de empresários e de grandes produtores rurais, de profissões liberais dominantes ou da alta burocracia, por

¹ Trata-se, como aponta Lagroye (2003, p. 4), de processos pelos quais “relações sociais, estilos de relações, formas de troca e de comunicação, práticas profissionais, engajamentos associativos (...) tornam-se elementos ou regras do espaço político e produzem, além disso, categorias de pensamento que permitem expressá-los”.

² Este texto dá continuidade à discussão dos resultados do projeto de pesquisa “Engajamento e militância na esfera associativa no estado de Sergipe”, o qual contou com apoio da Universidade Federal de Sergipe. Parte da coleta e sistematização do material teve colaboração do bolsista PIBIC/CNPq Vanderson de Gois Santos. Sou grato a M^a. Erica Santana de Souza pela complementação de dados e informações sobre militância negra em Sergipe.

³ Foram realizadas entrevistas biográficas (n=12) com dirigentes e ex-dirigentes de oito instituições de portes distintos: associação de defesa de homossexuais, instituto sócio-ambiental, sociedade que acolhe crianças e jovens carentes, associação de docentes universitários federais, conselho de leigos pertencente à Igreja católica, três associações vinculadas a movimentos negros e afroreligiosos.

exemplo⁴. Sublinha-se, pois, que no momento o estudo limitou-se a um tipo de participação cobrando dos agentes envolvimento relativamente intensos e precoces, mais associada, no plano partidário, a legendas consideradas de esquerda.

O eixo de discussão neste texto gira em torno das diferentes combinações na aquisição de capital político e militante – e suas especificidades - a partir de determinados percursos militantes. Isto é, trata-se das condições de especialização política de atores sociais que nem sempre admitem tal especialização em tarefas políticas e que, inclusive, com certa frequência, negam *fazer política*. Cabe ressaltar, portanto, que não se trata aqui de apreender as bases eleitorais ou os esforços de legitimação de determinadas candidaturas a cargos públicos. Embora tais dimensões não estejam excluídas das intenções do texto, em especial a segunda, a análise realizada enfatiza etapas que precedem apostas em disputas eleitorais. Etapas estas, no entanto, que estão na própria base das condições de investimento em atividades políticas, iniciadas através de engajamentos e militâncias associativas ou sindicais.

Espaços de socialização e aquisição de disposições à *participação*

A investigação privilegiou alguns eixos dentro de uma proposta de integração analítica de apreensão dos contextos de socializações e de constituição de preferências políticas dos agentes com a intervenção múltipla de eventos biográficos ao longo do desenrolar de trajetórias sociais amplas. Nessa linha de procedimentos, indicam Fillieule & Mayer (2001, p. 23-24) e Fillieule (2001), entra em conta uma abordagem da militância como processo, o que permite que se trabalhe de modo conjunto questões como as das “predisposições à militância, da passagem à ação, das formas diferenciadas e variáveis ao longo do tempo adquiridas pelo engajamento, da multiplicidade dos engajamentos ao longo do ciclo de vida e da retração ou ampliação dos engajamentos”.

Dentro dessa lógica de investigação, os principais indicadores utilizados foram as origens familiares extensas, origem geográfica e deslocamentos, posições sociais, situações e trajetórias do grupo familiar, itinerário escolar e relações com a cultura, pertencimentos

⁴ Para uma discussão sobre essas modalidades de vínculo associativo-sindical, as características de seus agentes e as formas predominantes de entrada na política eleitoral, consultar Coradini (2001, 2006, 2007^a e 2007^b).

profissionais, étnicos e políticos, orientações sexuais e religiosas, acasos e experiências individuais, redes de relações, opções ideológicas, conjunturas históricas. Em boa medida, como lembra Gaxie (2002) ao falar de socialização política, trata-se de levar a sério as preferências ideológicas e políticas em dado momento, de tentar apreender os instrumentos de avaliação e as valorizações (das quais são, em parte, produto), buscando compreender o que essas valorizações devem às diversas socializações constitutivas da experiência do mundo de um indivíduo.

Num nível mais geral, e conforme indicado em outro lugar (Seidl, 2008a), o exame da lógica de constituição dos gostos, expectativas e disposições favoráveis à participação associativa dos indivíduos entrevistados tende a validar em boa medida os achados de pesquisas sobre participação militante em contextos variados (Agrikoliansky, 2001; Barthélémy, 1994; Gaglietti, 2003; Juhem, 2001; Oliveira, 2007; Sawicki, 2004, Siméant, 2003; Tavares dos Reis, 2008). Entre as principais indicações, observa-se que do itinerário individual até o engajamento associativo dá-se a conjugação de elementos de socialização familiar e escolar na formação dos anos de juventude que combinam fatores ideológicos e uma propensão ao ativismo: presença de políticos no grupo familiar e/ou de familiares “interessados” em política (inclusive candidatos a prefeitura) ligada a forte integração social e a uma relação localista e “concreta” com o político, pais de profissão docente, forte socialização religiosa, ligação com movimentos católicos. Os dois casos de engajamento improvável estudados – sem contar com o peso de nenhum dos elementos acima – apontam, no entanto, a intervenção de aspectos bastante pertinentes à construção social do desejo de atuação militante, a saber, a ameaça a uma trajetória social ascendente e a influência direta de amigos.

A tentativa de apreensão mais detalhada dos universos familiares em que cresceram os entrevistados revela a predominância de personagens, fatos e práticas cujos significados remetem a atividades - senão explicitamente “políticas” - orientadas ao envolvimento em práticas coletivas e à valorização de uma ética católica. Cerca de dois terços deles indica ter tido parentes muito próximos, como pais, avós e tios, com ligações diretas em disputas políticas como candidatos e/ou ocupantes de cargos de vereador e prefeito. No entanto, se nem todos afirmam ter sido criados em espaços em que a “política” tem alguma dimensão mais visível, é possível identificar a influência que o papel de “liderança” ou “figura

conhecida localmente”, exercido por algum familiar próximo, pode ter sobre a constituição de percepções das relações sociais e de modelos de sociabilidade e de atuação marcados por um estilo de vida “público”, certa notoriedade, extensas redes de relação, disponibilidade etc. Pelo menos dois casos examinados dão indicações interessantes nessa direção. De um lado, a importância atribuída por um futuro militante múltiplo (movimento negro e religioso, homossexual e político) e candidato a vereador à presença marcante da avó materna, com a qual foi criado: “era grande liderança no bairro (embora não quisesse). Era comerciante, aquela que ia pra Igreja, ia pro centro de umbanda, fazia de tudo; e toda eleição os vereadores do bairro iam falar com ela pra pedir ajuda, porque ela era muito bem relacionada”; de outro lado, o papel do pai de uma futura dirigente do movimento negro, fundador de uma casa de umbanda da qual a própria filha é herdeira.

A acentuada integração de valores religiosos católicos, em alguns casos associados ao espiritismo kardecista e afrobrasileiro, é outra dimensão importante dos processos de aprendizagem de maneiras de ser, pensar e agir e nas estruturas de hierarquização prática dos indivíduos em questão. Afora os casos em que emerge uma relação direta entre orientação religiosa doméstica e orientação militante – como o do filho de ex-seminarista que se torna líder de movimento do laicato católico, da filha de pai-de-santo que coordenará parte do movimento negro e da sobrinha de pai-de-santo que se torna mãe-de-santo e dirigente do movimento negro -, destaca-se o quanto a incorporação de um sistema de valores pautado por noções de “cooperação”, “ajuda”, “caridade”, “devoção” e “comprometimento pessoal” pode contar na elaboração de projetos individuais que implicam algum tipo de engajamento.

Parte das condições de socialização primária dos indivíduos pode ser melhor apreendida ao se considerar a posição social de origem de suas famílias e as relações com os recursos culturais disponíveis. As origens sociais relativamente heterogêneas dos militantes – embora predomine uma extração baixa e intermediária – impedem maiores generalizações quanto à associação direta entre recursos sociais e culturais herdados e probabilidade de engajamento individual. Mesmo assim, a predominância de filhos de profissionais médios (médio proprietário de terra, funcionários de nível médio, professores universitários e de ensino médio) confirma as ligações privilegiadas entre capital cultural e competência política (Bourdieu, 1979; Gaxie, 1978 e 2002). Dos doze entrevistados, quatro

são oriundos de famílias em que o pai ou a mãe tiveram escolarização fundamental (completa ou não), cinco cujos pais terminaram a escolarização média ou equivalente (incluindo dois cursos técnicos profissionalizantes) e três são filhos de diplomados em curso superior⁵.

Espaços escolares, recursos culturais e capital militante

Em comparação com os recursos escolares dos pais, fica evidente uma ascensão considerável desses indivíduos que logram em sua totalidade entrar no ensino superior - majoritariamente em áreas de humanidades (pedagogia, serviço social, economia, ciências sociais, história, comunicação social) -, metade deles havendo cursado algum tipo de especialização (*lato sensu* e mestrado). No entanto, as condições de acesso e as relações com os recursos escolares e culturais angariados, como se poderia prever, não são homogêneas. Assim, é direta a associação entre origens sociais mais elevadas e a realização de percursos escolares mais lineares e longos e em instituições melhor qualificadas. Inclusive nos casos de militantes com envolvimento em política estudantil secundarista, a relação entre intensidade do ativismo e aproveitamento escolar tende a refletir esse princípio. Dos quatro itinerários escolares pertinentes, apenas aquele de um indivíduo de origens modestas e baixos recursos culturais herdados foi interrompido como consequência de uma intensa dedicação ao movimento secundarista, já mesclada com militância partidária, e colocada num plano importante de realizações pessoais.

Quadro I: Algumas propriedades sociais dos entrevistados

Sexo	Idade	Associação	Prof. Pais	Escolaridade Pais	Escolaridade Superior	Profissão/ ocupação
M	39	Direitos Homossexuais	Carpinteiro/ Lavadeira	Fundamental	Pedagogia	Prof. primário
M	25	Meio ambiente	Bancários	Médio	Administração Pós-graduação	Estudante mestrado
M	30	Meio ambiente	Prof. Univ./ Prof. Ens. médio	Superior	Publicidade e Propaganda especialização	Prof. univ.
F	51	Filantropia	Pequeno Prop. rural/ Prof. ensino fundam.	Fundamental/ pedagógico	Serviço Social	Assist. social/ Funcionária pública
F	33	Filantropia	Eletricista func.	Fundamental	Pedagogia	Professora

⁵ Um deles escolariza-se tardiamente. Completa a alfabetização já adulto e obtém diploma superior em Biblioteconomia após os 40 anos de idade.

			Público/Dona de casa	incompleto	Especialização Pedagogia empresarial	primária
M	58	Sindicato Professor Universitário	Contador/Dona de casa	Técnico/Fundamental	Economia (doutorado incomp.)	Prof. Univ. federal
M	53	Laicato Católico	Médio prop. rural/Dona de casa	Médio/fundamental	Química (mestrado)	Prof. Univ. federal/Pró-reitor
F	42	Movimento Negro e Religioso	Funcionário médio Petrobras/dona de casa	Médio/fundamental	Letras (incomp.) e Ciências Sociais (em curso)	Funcionária Pública Estadual
M	Cerca de 40	Movimento Negro	Policial/func. Pública (roupeira)	Fundamental incompleto	Ciências Sociais (em curso)	Funcion. Público, agente de segurança
F	41	Sindicato Petroleiros	Pequeno comerciante/dona de casa	Fundamental incompleto	Ciências Sociais (em curso)	Funcionária sindicato
M	36	Direitos homossexuais	Atividades manuais, frentista/dona de casa	Superior (biblioteconomia, depois dos 40 anos)/médio	História (incompleto)	Secretaria municipal saúde
F	Mais de 60	Movimento Negro e Religioso	Técnico laboratório/ Professora/	Curso técnico/Superior Letras	Comunicação Social/Especializações/Mestrado (em curso)	Professora Universitária

Fonte: Dados coletados em entrevistas.

Os investimentos escolares relativamente intensos encontrados nos itinerários em questão parecem confirmar tendências de associação entre aumento e diversificação da titulação escolar e probabilidades de sucesso em carreiras políticas e em militâncias variadas (Coradini, 2001 e 2002; Gaglietti, 2003; Grill, 2007 e 2008; Hamman, Meon, Verrier, 2002; Oliveira, 2007, 2008a e 2008b; Tavares dos Reis, 2007 e 2008). Em um primeiro nível, colocam-se as próprias formas de sociabilidade promovidas pela escolarização superior e as condições de formação de bases de interconhecimento e interdependência nessa esfera. Em um segundo nível, tem-se as formas diversificadas de mobilização dos títulos, experiências e saberes reconhecidos como “acadêmicos”, “científicos” ou, mais geralmente, “intelectuais”, na composição de carreiras militantes e nas tentativas de legitimação de pretensões a ocupação de determinados postos ou cargos e no exercício de papéis correlatos.

Aos indivíduos de origens sociais relativamente mais elevadas, os investimentos mais intensos na obtenção de diplomas superiores estão ligados principalmente a objetivos de profissionalização imediatamente após a conclusão do ensino médio. Já a esta altura de seus trajetos sociais, encontram-se em sua totalidade vinculados seja a algum tipo de militância (estudantil, religiosa, partidária), seja envolvidos em projetos de cunho assistencial. Parte deles usará a formação universitária diretamente no exercício de atividades profissionais, como professores de ensino médio e universitário e funcionários públicos intermediários. Entre esses, uma pequena parcela de militantes mais jovens destaca-se por apostas escolares elevadas e usos instrumentais dos diplomas através de especializações diretamente associadas a projetos pessoais de profissionalização militante no “ambientalismo”. De outro lado, àqueles geralmente de origens sociais bastante baixas, cuja entrada no ensino superior dá-se tardiamente (em muitos casos, depois dos trinta anos), a relação com os saberes escolares traduz-se em incrementos na estrutura dos capitais político e militante até então acumulados principalmente via inserção em sindicatos e “movimentos” (homossexual, negro, religioso). Como demonstrara Gaxie (1978) com respeito aos partidos e sindicatos, a passagem por estas instituições funciona como mecanismo de acúmulo de um capital escolar de substituição, isto é, uma capacidade de se orientar dentro do espaço político. Para esses militantes, o curso de Ciências Sociais, oferecido em Sergipe apenas pela Universidade Federal, representa um dos principais atrativos à ampliação de recursos crescentemente valorizados nas disputas políticas, tanto como critério cultural mínimo a postulações de mandatos e cargos mais genéricos⁶ quanto como definidor de saberes especializados cobrados em funções específicas em governos e ONGs, por exemplo.

Quadro II: Política, experiências e socialização

Tipo de Associação	Grupo familiar e relações com política	Espaços de socialização e experiências	Relação partidos políticos	Atributos e orientações	Candidatura partidária
Direitos Homossexuais		Projeto Rondon	Militou no PCdoB por 14 anos	homossexual	---
Meio ambiente		Grêmios estudantil, DCE	Filiado ao PT	“vivo o meu trabalho”	“Pretende candidatar-se a vereador”
Meio ambiente				“trabalhar	---

⁶ Sobre o aumento de titulados em Ciências Sociais e a diversificação nos diplomas superiores de membros do governo estadual no Rio Grande do Sul, consultar Coradini (2002).

				em ONG reforça sua imagem como cidadão”	
Filantropia	Mãe candidata a prefeita	Projeto Rondon			---
Filantropia		Educação de crianças desde os 15 anos de idade			---
Sindicato Professor Universitário	Avó “ademarista”; tio vereador	Grêmio estudantil, movimento estudantil universitário clandestino	Participação e “fundação” de três partidos	“anarco-comunista”; “libertário”	---
Laicato Católico	Tios-avós vereadores em ambos ramos	Grêmio estudantil, movimento estudantil universitário; grupo católico	“fundador” de dois partidos”; candidato a deputado estadual	“humanista” cristão	Candidato a deputado estadual PT; Não eleito 1.790 votos
Movimento Negro e Religioso	Ramo paterno ligado à política em outro estado; tio candidato a prefeitura em capital, assassinado por “vingança”	Tio materno antropólogo e pai de santo; colega de trabalho de líder do movimento negro em SE; grupo de jovens católico		“digo que sou negra”; mãe de santo	---
Movimento Negro		Influência de “amiga da escola”; movimento de meninos de rua		“Iniciado no candomblé”; capoeirista	
Sindicato Petroleiros		Greve de operários	Ex-militante do PT; candidata a prefeitura	Negra	Candidata a prefeita de Aracaju PSTU; Não eleita 9.143 votos
Direitos homossexuais	Avó “líder” do bairro	Grupo de jovens católico, escoteiros, Grêmio estudantil, movimento estudantil universitário	Candidato a vereador	Negro; homossexual Filho de santo	Candidato a vereador PCdoB; Não eleito 833 votos
Movimento	Pai dono de casa	Grupo de	Filiada ao PT;	Negra;	---

Negro e Religioso	de candomblé	teatro escolar; “influência” de professor na escola	“construtora do movimento de mulheres no PT”	“Religião é uma escola, política, idem”; mãe de santo, herdeira da casa de umbanda do pai	
-------------------	--------------	---	--	---	--

Fonte: Dados coletados em entrevistas.

As narrativas de experiências no espaço de socialização escolar apontam esta esfera como central não somente à aquisição de disposições a engajamentos e de competências específicas - incorporação de códigos e técnicas essenciais à política, sobretudo -, mas também à realização e atualização de disposições adquiridas anteriormente em espaços como a família, a religião, o esporte, a filantropia, entre outros. A apresentação de “origens precoces” de envolvimento ou “interesse” em atividades coletivas ou propriamente nomeadas “políticas” pelos entrevistados remete – em boa parte dos casos – a formas iniciais de participação como lideranças em atividades de grêmios estudantis e jornais escolares. Para uma fração desses, o ingresso posterior em cursos superiores marcaria, portanto, uma continuidade nessa modalidade de envolvimento através dos comandos de diretórios acadêmicos estudantis (DCEs), espaços sabidamente próximos da lógica das disputas partidárias e de recrutamentos análogos.

Um caso marcante de acúmulo precoce e prolongado de vivências na política estudantil é fornecido pelo trajeto de um futuro professor universitário e líder sindical nascido no início dos anos 50 no interior de São Paulo, cujo itinerário escolar coincide com um período histórico altamente favorável à militância. Após participar da fundação e liderar o grêmio estudantil de uma escola pública em sua pequena cidade natal entre 1967 e 1968, a mudança, sem a família, para a capital do estado, no ano seguinte, e o posterior ingresso na Universidade de São Paulo, permite-lhe o aprofundamento de um engajamento, vivido como “natural”, no movimento clandestino. Estudante do curso de Economia, por vários anos dedicado quase que exclusivamente à militância, leva dez anos para concluir a graduação e revela que seu projeto de vida “era ser um Che Guevara”. No entanto, a conjuntura de repressão política do período reorientaria seu futuro itinerário – em que profissão e militância são indissociáveis - em direção a uma inserção *politizante* (LAGROYE, 2003) no espaço universitário, dentro do qual a atuação como líder sindical

mesclou-se com inserções partidárias sucessivas em três siglas (PT, PV e PSOL) e atividades de “formação política” com secundaristas.

Por outro lado, embora mais evidente e efetiva, não apenas a participação em movimentos estudantis aparece como canal de exposição à lógica do ativismo e do engajamento na arena escolar. A oferta de envolvimento em projetos “sociais” a jovens universitários por meio de ações concretas e intensas como “educação popular”, “mutirões de solidariedade”, cursos de saúde básica, por exemplo, em geral implicando deslocamento para áreas mais pobres e uma inserção temporária em outras realidades (casos do Projeto Rondon), também aparece como possível arena de socialização política importante. Em alguns casos, tais experiências são apontadas pelos entrevistados como um “início no social” e funcionariam como uma espécie de prova de “sensibilidade” e de “comprometimento”. Como em todos os casos examinados, o olhar retrospectivo lançado pelos militantes sobre suas biografias não deixa de encontrar elementos que busquem confirmar a “coerência” de suas opções e investimentos.

Militância associativa e partidária

Um último ponto a ser destacado diz respeito à forte vinculação entre militância associativa e militância partidária, fenômeno recorrente na quase totalidade dos itinerários considerados nesse estudo. Em primeiro lugar, tal constatação sugere certa relativização das conclusões de pesquisas internacionais que apontam uma dissociação entre aquelas modalidades de militância, da qual emergiriam comprometimentos mais especializados e voltados a causas específicas. Tais elementos estariam inseridos, segundo as indicações, em tendências mais de fundo das formas de engajamento e militância, sobretudo a diversificação ou alargamento das modalidades de engajamento político e um processo de individualização e de personalização⁷. Obviamente, as limitações de representatividade do universo empírico aqui abordado não permitem grandes tentativas de generalização dos resultados a outros contextos sociais no Brasil ou em outros países. No entanto, se é clara a proliferação no país de entidades associativas ligadas às mais diversas “causas” e responsáveis por novas formas de pensar, falar e agir politicamente, as evidências

⁷ Uma apresentação ampla desses resultados é encontrada em Perrineau (1994). Consultar também Matonti & Poupeau (2004).

encontradas, ainda que parciais, demonstram que a militância em organizações específicas está atrelada à manutenção de vínculos com partidos políticos e sindicatos, duas instituições clássicas do espaço político.

Assim, ao investigar, entre outras questões, os pertencimentos políticos de mais de dois mil participantes e promotores do 5º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/RS, Coradini (2007) mostra que 81,6% daqueles indivíduos que participam de algum movimento ou organização social são filiados a partidos. Desses, a maioria pertence a sindicatos e associações de classe (25,7%) e ONGs (20,0%). Em sentido inverso, a pesquisa de Gaglietti (*op. cit.*) sobre a militância do PT no Rio Grande do Sul revela que 94,5% dos indivíduos estudados passaram por movimentos coletivos como o estudantil, sindical, comunitário e religioso, embora parcela expressiva tenha se declarado, naquele momento, não engajada nos “movimentos sociais e populares”.

A alta imbricação dos itinerários militantes estudados com atividades em partidos políticos pode ser visualizada com os seguintes dados: dez entre doze entrevistados afirmam pertencer a partidos, dos quais três dizem-se “fundadores” de siglas (inclusive, mais de uma), três foram candidatos a cargos eletivos em nível municipal e estadual e um declara ter futuras pretensões eleitorais. Contudo, o peso e a intensidade de tais pertencimentos variam em função dos diferentes investimentos na carreira militante, assim como dos diferentes momentos dos trajetos individuais. Por um lado, ressaltam-se as adesões partidárias precoces e intensas, porém, em geral, sem ambições mais diretas de disputa eleitoral. Nessa modalidade enquadram-se os casos de aproximação e filiação partidária ainda durante o percurso escolar, sobretudo via movimento estudantil, período em que se mesclam atuação no partido e em outros movimentos. Chamam atenção, nesses casos, tentativas de reconversão relativamente tardias de recursos dessas militâncias na profissionalização política através da disputa de cargos eletivos ou de direção em partidos. Uma explicação inicial para isso seria um efeito do próprio estado do espaço político em Aracaju entre os anos 70 e 90, marcado por alta concorrência entre possíveis candidaturas de agentes políticos vinculados a partidos de esquerda, dado que favoreceria aqueles indivíduos fortemente profissionalizados nas lutas eleitorais.

A rigor, o único caso a se contrapor à modalidade precedente de entrelaçamento com partidos aponta uma politização relativamente tardia – em torno dos vinte anos, sem contar nenhuma forma prévia de atividade participativa (caso n. 3 apresentado mais abaixo) – promovida por experiências concretas de política operária. Trata-se de um indivíduo de origens sociais bastante baixas, escolarização interrompida e em situação de precariedade profissional, cujo ingresso quase simultâneo no sindicalismo e no partido configura uma saída via profissionalização militante já iniciada em postos de direção sindical. Mesmo assim, suas apostas na política eletiva surgem apenas após cerca de duas décadas de alta dedicação à militância.

Três itinerários: liderança associativa e disputas eleitorais

Como parte da demonstração de algumas combinações possíveis dos elementos assinalados nos itinerários em foco, são apresentados a seguir três casos exemplares de engajamento militante. Em todos eles, além da candidatura a cargos eletivos entre 2002 (deputado estadual) e 2008 (vereador e prefeito), é marcante a inserção em mais de um espaço de militância e o tecimento de relações diversificadas ao longo de trajetórias individuais que mesclam recursos de origem bastante variada. Catolicismo, candomblé, movimento negro, sindicalismos, movimento gay, partidos políticos; tais são as principais esferas por que transitam ou transitaram esses agentes sociais, cujos deslocamentos no espaço social são igualmente acompanhados por avanços e retrações nos investimentos militantes.

Caso n. 1: Identidade múltipla, militância múltipla

P. nasceu em Aracaju no início dos anos 70, filho de um pai “quase sem instrução nenhuma” e de uma mãe que completara a Escola Normal. Com o divórcio dos pais quando contava quatro anos de idade, cresce numa casa em bairro de classe média baixa da capital, onde vive com a mãe, a irmã, a avó materna e posteriormente o padrasto. De cor de pele escura e cabelos encaracolados, diz que se considerava e era considerado “tímido” pelos familiares. Por essa razão, na pré-adolescência é estimulado pela mãe e pela avó a fazer atividades para se “socializar”, como diz. “Fui ser escoteiro, fui fazer esporte, karatê”. Apesar da “timidez”, recorda que ao final da quinta série começa a querer exercer “atividades paralelas”, como “participar do Centro Cívico da escola, organizar festa,

evento, fazer um monte de coisa”. Por essa época, começa a frequentar um grupo de jovens da Igreja católica em reuniões semanais. Por dois anos, aos sábados, também participava dos escoteiros, movimento que deixa para “entrar na Legião de Maria”, grupo de leigos católicos. Através desse grupo, realiza diversas atividades filantrópicas, como visitas a hospital de câncer e orfanatos”. Perguntado sobre as relações da família com a política, não hesita em responder que eram inexistentes. Porém, logo em seguida, fala de sua avó em termos de “liderança do bairro”, frequentadora assídua da igreja e eventual de um terreiro de umbanda, mulher “conhecida de todos” e “respeitada”, a quem, em época de eleições, os vereadores do bairro “iam procurar para pedir ajuda”. Futuro filho-de-santo do candomblé, atribui à avó “forte influência” em sua “religiosidade”. É ao falar da entrada no segundo grau de uma das maiores escolas públicas de Aracaju que P. procura situar os inícios de seu envolvimento político, via movimento estudantil secundarista. Através de colegas, aproxima-se do Centro Cívico da escola e vai a algumas reuniões da União Sergipana dos Estudantes Secundaristas, ainda sem comprometer-se. Por ocasião de uma passeata pelo retorno dos Grêmios Estudantis, organizada pela União da Juventude Socialista (UJS), envolve-se “espontaneamente” na composição de uma comissão de representantes que se reuniria com o governador. Com o retorno dos grêmios, em 1988 inscreve-se para participar da chapa da UJS que sairá vencedora na disputa. Quase que simultaneamente, ingressa na UJS e filia-se ao PCdoB, partido no qual milita desde então e pelo qual concorreu, em 2008, a vereador na capital sergipana. Depois de vários anos de intensa militância partidária e estudantil - com rupturas e suspensão dos estudos e envolvimento temporário com o movimento cultural *punk* e anarquista na cidade -, em 1995 aproxima-se do movimento negro em Aracaju. Sem tornar-se sócio, participa de oficinas, cursos e palestras, tem contato com lideranças religiosas e babalorixás e tem despertado, como afirma, seu interesse pela “ancestralidade, as origens, quem era meu orixá”. Afirmando ter assumido sua orientação homossexual em torno dos vinte anos, P. frequenta esporadicamente reuniões de um grupo gay. Após um período, é convidado pelo presidente a participar com maior intensidade, passa a morar numa “república” alugada pelo grupo e em seguida integra a diretoria, onde começam a “estruturar o grupo, a montar uma sede, a desenvolver projetos, vários projetos financiados”. Segundo ele, chegam a ser a segunda maior ONG do estado, porém o fim de alguns projetos e a escassez de recursos levam a seu

fechamento em 2002. Já no ano seguinte, no entanto, junto com alguns membros do grupo, funda uma nova ONG e é escolhido seu primeiro presidente. Afastado da direção por disputas, nesse período é convidado pela presidente de uma fundação cultural do Estado – ex-vereadora de Aracaju e ex-deputada federal pelo PCdoB – a chefiar o setor de etnia da instituição, “pensando na minha relação com o movimento negro e os terreiros de candomblé”. Em 2008, sai candidato a vereador com propostas ajustadas a suas inserções militantes (cf. material de campanha, apresenta-se como ex-líder estudantil, militante negro, defensor das religiões afro, da livre opção sexual), sem eleger-se (recebeu 833 votos).

Caso n. 2: Catolicismo, sindicato e partidos

Filho de um ex-seminarista menor, médio proprietário de terras no interior de Sergipe, e de uma dona de casa que completou o ginásio, contando tios-avós políticos em ambos os ramos familiares, J. nasceu no início dos anos 50 e realizou todo seu itinerário escolar numa escola católica de elite na capital do Estado. Criado em ambiente fortemente religioso, lembra que desde a juventude gostava de participar de movimentos e grupos e “se interessava por política”. Como no caso n. 1, a aproximação com o espaço estudantil secundarista configura um primeiro contato com o universo das disputas políticas. Aos quinze anos é eleito presidente do Grêmio estudantil, durante os chamados “anos de chumbo”. Ao concluir a escola, ingressa no curso de Química Industrial na Universidade Federal, instituição que o admitirá como professor dois anos após sua formatura. Católico praticante desde a infância, J. intensifica o envolvimento com a Igreja através de “cursilhos” que coordena dentro do quadro da diocese de Aracaju. Esta ligação com o catolicismo perdurará por muitos anos e também estará vinculada com sua participação no Partido dos Trabalhadores – do qual diz ser “fundador”, embora à época ainda não fosse filiado. A inserção de J. na universidade é acompanhada da intensificação de atividades militantes e da ampliação de redes sociais que o conectam com o envolvimento partidário. O engajamento na fundação da Associação dos Professores da UFS (que presidirá dez anos mais tarde) coincide com aquela no PT, partido ao qual se filiará também uma década depois. Por sua vez, parte do conjunto de relações tecidas nesses dois espaços, em especial no partidário, desdobra-se no conselho de leigos católicos em que atua. J. dá ênfase a politização daquele espaço: “éramos a vanguarda, discutíamos muito política social, educacional”. Desses vínculos intensos diz ter saído a indicação de seu nome à candidatura

a deputado estadual na qual não teve sucesso (recebeu 1.790 votos). Dizendo-se “frustrado” com a campanha política e com os resultados do governo do PT no país, J. desfilia-se do partido, porém logo em seguida ajuda a fundar o PSOL em Sergipe, compromisso que será efêmero por conta de suas discordâncias com o “radicalismo”. Embora longe dos partidos, segundo ele, o afastamento da militância partidária não comprometeu seus princípios. “Acho que nossa militância na educação é forte, porque a gente pode influir bastante na realidade. Descobri que a universidade é a vida da gente, mas é claro que a gente tem que influir fora também; isso eu consegui com a Igreja e os movimentos sociais”.

Caso n. 3: Engajamento improvável: da roça à liderança sindical

Neta e filho de pequenos agricultores, T. viveu até os seis anos num povoado do interior de Pernambuco. Primogênita de dez filhos, diz que a mãe era analfabeta e o pai “sabia ler e escrever”. A migração do sertão para Paulo Afonso, cidade grande do interior da Bahia, lembra, deu-se não só pelas dificuldades da seca, mas também para “garantir a escola pros filhos, porque lá não tinha escola”. As primeiras letras lhe foram ensinadas pelo pai, que apesar de pouco escolarizado, lia “tudo o que aparecesse”, “cordel”, “almanaque”, “muita Bíblia” e “era muito religioso”. Em Paulo Afonso, seu pai trabalha como comerciante autônomo por cerca de quatro anos, até novamente migrar com a família em busca de oportunidades de trabalho para Aracaju, distante 300 km. Nesta cidade T. continua seus estudos em escolas públicas até os dezesseis anos de idade. Dadas as dificuldades econômicas da família, desde os quatorze vinha conciliando a escola com trabalho em diversas atividades (garçonete, faxineira, datilógrafa). Após um casamento de cerca de três anos com um operário da indústria têxtil, pouco antes de completar vinte anos consegue emprego numa fábrica de calçados. É na condição de operária calçadista que T. vivenciará experiências decisivas para uma aproximação rápida com as lutas sindicais, porta de entrada a um engajamento político muito intenso. Até o início de uma greve geral em 1989, T. indica que, embora se identificasse com as “lutas que eram travadas”, “não tinha nada, nada a ver com política”, “não conhecia nada de sindicato”: “entro na fábrica crua, uma pedra bruta”. Inicialmente não envolvida na organização da greve, comandada pela CUT, T. diz que entra no terceiro de paralisação, após a prisão de dois operários na porta da fábrica. Nesse ponto, comenta espontaneamente que na seção em que trabalhava o “pessoal mal tinha chegado à quarta série”, o que pode ser interpretado ao mesmo tempo como uma

explicação ao fato de a mobilização ter perdido força com a prisão, pelo medo criado nos operários (T. afirma que “era hora de radicalizar”), e ao incentivo dos colegas a que T. atendesse à solicitação de participar diretamente da manifestação, dada sua maior escolarização. É nessa oportunidade que faz sua primeira fala num carro de som, recordando ter se encostado ao carro porque o joelho tremia. O choque com a complexidade de informações que tem de conhecer e as formas de atuação com que se defronta ao ingressar na comissão de negociação é lembrado em termos de “um mundo totalmente novo”. Terminada a greve, T. volta à fábrica na condição de secretária-geral do sindicato fundado no curso da mobilização e, logo a seguir, torna-se seu presidente, aos vinte e dois anos - também ingressando na direção da CUT. Nesse mesmo ano, T. é demitida da fábrica e tem início em seu itinerário um processo de especialização na militância sindical acompanhado de envolvimento partidário com o PT. Na condição de dirigente da CUT demitida, mantém-se por cinco anos com salário garantido pela central e atua em atividades de mobilização operária e na criação de um novo sindicato têxtil. Durante esse período, destaca um investimento em sua própria formação intelectual: “como dirigente da CUT eu fiz muita formação, muito curso, eu gostava muito de ler, então li muito. Fiz cursos aqui, em São Paulo, em Pernambuco... Começo a ler a literatura marxista aí. Não só de Marx, mas principalmente Marx, mas também, claro, Lênin, Trotsky, né? Aí a gente foi lendo esses clássicos.” Indagada se toda essa leitura teria vindo dos cursos propiciados pelo sindicato, corrige apontando que as leituras são “oferecidas mais pelo partido”, momento da entrevista em que começa a falar de suas ligações com política partidária. Narra, então a aproximação simultânea com o sindicalismo e o PT, partido no qual ingressa convidada por dirigentes da CUT e onde tem participação mais discreta: “eu ouvia um bocado lá; eu falava mais dentro da minha organização, mas lá dentro do PT, não”. Segunda ela, atuava como “militante de base”: “a gente fazia panfletagem, fazia os debates, segurava bandeira, vestia a camisa, comprava bóton”. Membro de corrente minoritária, sai do PT junto com uma centena de militantes três anos após seu ingresso. Ao perder o processo judicial movido contra a fábrica que lhe demitira – até então tinha recursos garantidos pelo sindicato -, é em seguida contratada pelo sindicato dos petroleiros, dirigido à época por membros de sua corrente política no PT e na CUT. Nesse sindicato dedica-se principalmente a promover cursos de formação sindical para dirigentes de

diversas categorias (“organização, história do movimento, formação básica, marxismo, curso de gênero”). O afastamento partidário de T., no entanto, é breve e, assim como no caso n. 2, após romper com o PT, participa ativamente da criação de um novo partido considerado mais à esquerda, o PSTU. Há sete anos como dirigente partidária, casada com sindicalista, ex-petista e atual colega de partido, T. é a única mulher a se candidatar à prefeitura de Aracaju nas eleições de 2008 (cf. material de campanha e propaganda eleitoral na televisão, apresenta-se como trabalhadora e sindicalista; recebeu 9.143 votos, sem sucesso). Depois de concluir o ensino médio e ingressar no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Sergipe, distribui seu tempo entre sindicato, partido, estudos e vida pessoal.

Considerações finais

A opção de colocar os agentes sociais no primeiro da análise aqui apresentada sobre engajamento e militância parece oferecer alguns ganhos. Num plano bastante geral, por recair sobre temática das mais caras aos estudos da política, que é a dos processos de aquisição de competências, ou politização, ou ainda condições de investimento político – tema não muito popular nas ciências sociais no Brasil. Tal é o pano de fundo contra o qual procurou-se situar um conjunto limitado de casos de militância em instituições e espaços variados. Com recurso a entrevistas aprofundadas, tratou-se de início de retomar questões relativamente clássicas da sociologia política, como a das relações entre posição ocupada no mundo social e grau e formas de investimento na política. Por essa via, as condições de socialização primária e secundária dos indivíduos em arenas sociais variadas, como a família, a religião, a escola, grupos e movimentos diversos, trabalho, receberam atenção especial na análise empreendida. Os resultados foram contundentes em marcar o peso do pertencimento a uma categoria social ou a ocupação de uma posição no mundo social – determinantes das experiências acumuladas pelos agentes – sobre a constituição de gostos, preferências e orientações ideológicas e políticas, dentre os quais a valorização à participação em atividades coletivas.

No plano mais específico dos estudos dedicados à militância (estes sim, em crescente valorização no Brasil e no exterior), uma das principais vantagens de que se procurou tirar proveito analítico com essa opção foi a tentativa de demonstração dos ajustes

entre as disposições incorporadas pelos agentes e os espaços sociais em que investem. Mais do que isso, também das formas diferenciadas como realizam estes investimentos: precoce ou tardiamente (em relação a sua biografia e ao engajamento), com alta ou baixa intensidade, com quais recursos (quais experiências políticas, assistencialistas e filantrópicas concretas, pertencimentos religiosos e identitários, diplomas escolares etc.). É dentro dessa lógica, aliás, que se deu a escolha de casos de militância em universos relativamente variados como base para a investigação, em oposição ao predomínio, com raras exceções, de estudos centrados em alguma modalidade particular de engajamento militante ou em determinada instituição (partido, sindicato, religião, ONG, associação). A possibilidade de trabalhar com sistemas de fatores mais complexos a explicar tanto as orientações iniciais na política quanto um conjunto de escolhas e apostas posteriores a partir de casos particulares variados aparece, então, como outra vantagem. Desnecessário relembrar, no entanto, que nada garante a este tipo de procedimento a exploração exaustiva das composições desses sistemas ou sequer a apreensão adequada de seus elementos, como insiste Gaxie (2001, p. 174).

Condições de socialização familiar e religiosa favoráveis, escolarização elevada, passagem pelo espaço universitário, eventos biográficos marcantes, ativismo militante e vinculações partidária precoces, militâncias múltiplas. Tais os componentes principais identificados nos itinerários examinados, cujas combinações, embora específicas e irreduzíveis, parecem esboçar algumas linhas das modalidades de engajamento e militância no contexto do estado de Sergipe.

Referências bibliográficas:

AGRIKOLIANSKY, E. Carrières militantes et vocation à la morale: les militants de la Ligue des Droits de l'Homme dans les années 1980. *Revue Française de Science Politique*, vol. 51, n° 1-2, 2001.

BARTHÉLÉMY, M. Le militantisme associatif. In: PERRINEAU, P. *L'engagement politique: déclin ou mutation?* Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.

CORADINI, O. L. Associative/union Commitment and recruitment of political elites: recent trends in Brazil. *International Journal of Contemporary Sociology*, v. 44, p. 201-227, 2007a.

_____. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

_____. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas. *Revista de Sociologia e Política*, n. 28, p. 181-203, jun. 2007b.

_____. Engajamento e militância para os participantes e promotores do Fórum Social Mundial. Porto Alegre, *VII Reunião de Antropologia do Mercosul*, 2007c, mimeo.

_____. Escolarização, militantismo e mecanismos de participação política. In: HEREDIA, B. et. al. (orgs.) *Como se fazem eleições no Brasil*: Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

_____. Origens sociais, mediação e processo eleitoral num município de imigração italiana. In: BARREIRA, I. & PALMEIRA, O. (org.). *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1998.

_____. Representação profissional e elites políticas no Brasil no período recente. *Política & Sociedade*, v. 5, p. 123-161, 2006.

FILLEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel: Post Scriptum. *Revue Française de Science Politique*, vol. 51, n° 1-2, p. 199-215, 2001.

_____. (dir.) *Le désengagement militant*. Paris: Éditions Belin, 2005.

GAGLIETTI, M. *PT: ambivalências de uma militância*. Porto Alegre: Da Casa; Palmarinca, 2003.

GAXIE, D. Appréhender le politique à l'aube des expériences sociales. *Revue Française de Science Politique*, vol. 52, n° 2-3, p. 145-178, 2002.

_____. *Le cens caché: inégalités culturelles et ségrégation politique*. Paris: Seuil, 1978.

_____. & OFFERLÉ. Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir? Capital social collectif et carrière politique. In: BIRNBAUM, P. (dir.). *Les élites socialistes au pouvoir*. Paris: PUF, 1985.

GRILL, I. G. Processos, Condicionantes e Bases Sociais da Especialização Política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. *Revista de Sociologia e Política*, v. 30, p. 65-87, 2008.

_____. "Família", Direito e Política no Rio Grande do Sul: os usos do parentesco e dos títulos escolares no exercício do *métier*. *Tomo (UFS)*, v. 10, p. 85-111, 2007.

HAMMAN, P.; MEON, J-M & VERRIER, B. *Discours savants, discours militants: mélange des genres*. Paris: l'Harmattan, 2002.

ION, J. *La fin des militants?* Paris: Editions de L'Atelier, 1997.

_____. L'évolution des formes de l'engagement public. In: PERRINEAU, P. *L'engagement politique: déclin ou mutation?* Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.

JUHEM, P. Entreprendre em política: de l'extrême gauche au PS. La professionalisation politique des fondateurs de SOS-Racisme. *Revue Française de Science Politique*, vol. 51, n° 1-2, p. 131-153, 2001.

LAGROYE, J. Les processus de politisation. In: LAGROYE, J.(dir.). *La politisation*. Paris: Belin, 2003.

MATONTI F. & POUPEAU, F. Le capital militant: essai de définition. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 154, p. 5-11, 2004.

MAYER, N. & FILLIEULE, O. Devenirs militants: introduction. *Revue Française de Science Politique*, vol. 51, n° 1-2, p. 19-25, 2001.

OLIVEIRA, W. J. F. de. Elites culturais, militantismo e participação na defesa de causas ambientais. In: In: CORADINI, O. L. (org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: UFRGS, 2008a.

_____. Engajamento Político, Competência e Elites Dirigentes do Movimento Ambientalista. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, p. 167-186, 2008b.

_____. Formas precárias de emprego, atuação em ONGs e inserção profissional. *Sociedade em Debate*, 12(3), p. 141-160, 2007.

SAWICKI, Frédéric. Les temps de l'engagement. À propos de l'institutionnalisation d'une association de défense de l'environnement. In: *La Politisation*. Paris: Belin, 2004.

SEIDL, E. Engajamento e militância associativa em Sergipe. *26ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia*, Porto Seguro, 2008a, disponível em www.aba.org.br.

_____. Engajamento e militância associativa em Sergipe: modalidades, recursos e itinerários. *Cadernos CERU (USP)*, 2008b.

SIMÉANT, J. Un humanitaire 'apolitique'? Démarcations, socialisations au politique et espaces de la réalisation de soi. In: LAGROYE, J. (dir.) *La politisation*. Paris: Belin, 2003.

TAVARES DOS REIS, E. A arte da intervenção política: origens sociais, carreiras e destinos de militantes que "lutaram contra a ditadura" no Rio Grande do Sul. In: CORADINI, O. L. (org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. *Contestação, engajamento e militantismo: da 'luta contra a ditadura' à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Tese de Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, mimeo.

_____. & GRILL. Letrados e Votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil. *26ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia*, Porto Seguro/BA, 01-04 de junho de 2008, mimeo.